

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.877 - SP (2019/0293621-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADO** : **EDMILSON USSUY E SOUZA - SP296143**  
**AGRAVANTE** : **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E**  
**URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU**  
**ADVOGADOS** : **LEONARDO FURQUIM DE FARIA - SP307731**  
**MANOELA RIBEIRO BORGES NOGUEIRA - SP385458**  
**AGRAVADO** : **MARIA APARECIDA BARBOSA MONTEIRO**  
**ADVOGADO** : **TAMIRES CARDOSO - SP381249**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. SEGURO HABITACIONAL. AÇÃO PROPOSTA POR TERCEIRA BENEFICIÁRIA. PRESCRIÇÃO DECENAL. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83 DO STJ. AGRAVO DA COMPANHIA DE SEGURO DO ESTADO DE SÃO PAULO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Na origem, Maria Aparecida Barbosa Monteiro ajuizou ação declaratória de inexistência de débito contra Companhia de Seguros do Estado de São Paulo e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU. Esclareceu que seu falecido marido, Manoel Alves de Moraes, celebrou com a CDHU contrato de promessa de venda e compra do imóvel, que previu o pagamento de indenização securitária em caso de morte, sendo o saldo devedor liquidado em razão do falecimento do adquirente. Informou que seu marido faleceu em 25/6/2006, sendo providenciada a comunicação do sinistro junto à CDHU. Contudo, apenas em 2015 houve resposta da seguradora negando o pagamento. Por tais motivos, postulou a declaração de inexistência da dívida, bem como a emissão dos documentos necessários para que possa ser realizada a escrituração do imóvel em seu nome.

O Magistrado de primeiro grau julgou procedente o pedido inicial para: a)

declarar inexistente a dívida referente ao contrato celebrado entre o *de cujus* e a requerida CDHU e; b) condenar a requerida CDHU a cumprir, no prazo de 30 dias, a obrigação de fazer concernente a dar quitação total, em favor da autora, do saldo devedor do contrato, emitindo a documentação necessária para a escrituração do imóvel em nome da autora, sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), limitada inicialmente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Interposta apelação, a Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por unanimidade, negou provimento ao recurso nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 210):

ACÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. OBRIGAÇÃO DE FAZER. Pretensão de declaração de quitação das obrigações assumidas por compromissário comprador de imóvel em face da CDHU e COSEP, bem como adoção das providências necessárias à regularização registral. Ocorrência de sinistro. Falecimento do comprador. Procedência. Irresignação das rés. Legitimidade passiva da CDHU configurada. Corré que, além de escolher e contratar a seguradora (corré COSESP), também assumiu a responsabilidade quanto ao envio da comunicação do sinistro à seguradora. Postura da corré CDHU que se revelou desidiosa, haja vista que reteve os documentos encaminhados pela viúva do mutuário por longo período antes de encaminhá-los à corré COSESP, tendo contribuído para a negativa de pagamento da indenização securitária. Legitimidade passiva verificada. Prescrição da pretensão autoral não consumada. Sinistro que foi devidamente notificado à CDHU poucos meses após o falecimento do mutuário (2006), sendo que esta última corré adotou postura inerte quanto ao envio dos documentos e comunicações à seguradora COSEP. Incidência da Súmula 229 do STJ. Prazo prescricional decenal (art. 205 do Código Civil) que foi suspenso pela comunicação do sinistro e só voltou a correr até a negativa do pagamento de indenização securitária (no ano de 2015). Demanda que foi ajuizada no ano de 2017, isto é, dentro do lapso prescricional. Demonstrada a ocorrência do sinistro, bem como a devida comunicação às rés. Pagamento da indenização securitária e quitação das prestações do imóvel, com a adoção de providências necessárias à regularização registral, que são de rigor. Sentença mantida. Recursos desprovidos.

Nas razões do recurso especial, a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo alegou dissídio jurisprudencial e ofensa aos arts. 206, § 1º, II, *b*, e 771 do CC/2002. Pontuou que a desídia da CDHU em enviar a documentação necessária à regulação do sinistro por mais de 5 (cinco) anos afasta sua responsabilidade legal e contratual ao

pagamento do seguro. Pontuou que o contrato deve ser quitado pela CDHU e não pela seguradora.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 267-273).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela ausência de demonstração de violação aos dispositivos supostamente violados e mencionados nas razões recursais, bem como pela falta de comprovação do dissídio jurisprudencial.

Irresignada, a recorrente interpõe agravo refutando os óbices apontados pela Corte estadual.

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 301).

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O Tribunal de origem, ao afastar a alegada prescrição da pretensão da autora/beneficiária ao recebimento do seguro habitacional, em razão da morte do marido/mutuário, assim se manifestou (e-STJ, fls. 216-218):

Em primeiro lugar, é incabível qualquer discussão acerca da consumação da prescrição do direito de a corré CDHU obter indenização securitária face à corré COSESP. Tal questão é alheia aos presentes autos, ressaltando-se que, aqui, discute-se tão somente a pretensão de a autora obter a indenização securitária em virtude do falecimento de seu marido (mutuário) e a consequente quitação das prestações atinentes ao imóvel por ele adquirido.

É dizer, não está em discussão qualquer pretensão da corré CDHU em face da corré COSESP que, inclusive, pelo que consta dos autos, sequer foi formulada e, se o caso, deverá ser objeto de ação autônoma.

Daí porque não há que se perquirir, nestes autos, da suposta consumação da prescrição quanto à pretensão de a corré CDHU obter o pagamento da indenização securitária em face da corré COSESP.

Em segundo lugar, o falecimento do mutuário ocorreu em 25/06/2006, sendo que a comunicação do sinistro e a entrega da documentação

necessária ao pagamento da indenização securitária/quitação das prestações do imóvel ocorreu em 13/09/2006, ou seja, pouco mais de dois meses após o óbito (fls. 27).

Como se vê, ainda que se cogitasse da aplicação do prazo prescricional anual à hipótese dos autos, é certo que ele foi respeitado pela autora que, logo após o falecimento do mutuário, comunicou tal ocorrência à corre CDHU. Esta última, por sua vez, deveria, nos termos contratuais, intermediar a comunicação do sinistro junto à corre COESP. No entanto, se não procedeu com o devido zelo e eficácia, por certo que não é a autora, que agiu de acordo com os termos da avença, que deve ser prejudicada.

Seja como for, a partir do momento em que foi formulado o pedido de pagamento de indenização securitária, com a comunicação do sinistro, foi suspenso o prazo prescricional até a ciência acerca da resposta expedida pela seguradora. Essa é, inclusive, a dicção da Súmula nº 229 do C. Superior Tribunal de Justiça:

"O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão."

Ou seja, desde o momento em que comunicou a ocorrência do sinistro (13/09/2006) até o momento em que a autora foi notificada acerca da negativa do pagamento da indenização securitária/quitação (fevereiro/2015 fls. 29), o prazo prescricional esteve suspenso.

E ainda que assim não fosse o que se admite por hipótese -, não era mesmo exigível da autora o ajuizamento de ação judicial visando ao pagamento de indenização securitária ou declaração de quitação das obrigações contratuais, sem que houvesse a prévia negativa por parte da seguradora. Afinal, qualquer atitude nesse sentido poderia implicar no reconhecimento da carência de ação, fundada na ausência de interesse de agir da parte autora.

Não bastasse o acima exposto e na esteira do que foi assentado pelo magistrado de piso, o prazo prescricional relativo à hipótese dos autos é decenal (art. 205 do Código Civil) e não anual, já que se trata de pretensão de simples beneficiária da apólice e não de pretensão formulada pela estipulante.

(...)

Logo, considerando que a negativa de pagamento da indenização securitária foi comunicada à autora em fevereiro/2015 e esta promoveu a presente ação em 19/09/2016, não há que se cogitar da consumação do lapso prescricional decenal.

Por fim, demonstrada a ocorrência do sinistro (falecimento do mutuário) e a devida comunicação às rés cerca de dois meses depois aludido fato, cabível o pagamento da indenização securitária, bem como a declaração de quitação das prestações do imóvel, devendo ser adotadas as providências necessárias à regularização da situação registral, nos termos definidos pelo magistrado de piso.

Destarte, o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que a pretensão indenizatória de beneficiário de seguro

habitacional prescreve em 10 (dez) anos.

Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. TERCEIRO BENEFICIÁRIO. PRESCRIÇÃO. PRAZO DECENAL. CONTRATO. SEGURO. FUNERAL. VALOR FIXO SEGURADO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. A decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

2. O prazo prescricional para a propositura da ação pelo beneficiário em desfavor da seguradora é de dez anos. Precedentes.

3. A alteração da conclusão da Corte local, quanto ao valor devido na apólice do seguro, demandaria o reexame das disposições do contrato e do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado no âmbito do recurso especial (Súmulas 5 e 7 do STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 126.994/PR, Relatora MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, 27/10/2016)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. AÇÃO PROPOSTA PELOS BENEFICIÁRIOS. PRESCRIÇÃO DECENAL. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A ARGUMENTO ESPECÍFICO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 283 DO STF. MULTA DECENDIAL. PREVISÃO CONTRATUAL. CABIMENTO. PRECEDENTES. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. DECISÃO MANTIDA.

1. Nos termos da Jurisprudência firmada na Segunda Seção desta Corte Superior, *a incidência da prescrição anual, prevista no art. 206, § 6º, II, do CC/2002, aplica-se somente nas ações ajuizadas pelo segurado contra o segurador, não incidindo nas demandas propostas por mutuário de contrato de financiamento imobiliário - regras do Sistema Financeiro de Habitação - , haja vista ser considerado beneficiário do contrato de seguro adjeto ao de mútuo* (AREsp nº 604.330/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 12/11/2014).

2. Existindo argumento capaz de manter o acórdão impugnado por suas próprias pernas, não havendo o ataque específico a tal ponto, atrai-se a incidência, por analogia, da Súmula nº 283 do STF.

3. A jurisprudência pacífica desta Corte é no sentido de que ***é devida a multa decendial prevista em contrato quando houver atraso no pagamento da indenização securitária*** (AgRg no REsp nº 1.297.908/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, DJe 22/9/2014).

4. Não sendo a linha argumentativa apresentada pela seguradora

# *Superior Tribunal de Justiça*

capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.311/SP, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, 1/7/2016).

Ante o exposto, conheço do agravo da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo para negar provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte ora recorrida em 1% do valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília-DF, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator